



# **Relatório da Consulta Pública para definição das Metas Nacionais para 2023**



## **I. INTRODUÇÃO**

Considerando a necessidade de prevenção de contágio da Covid-19 e tendo como referência a Resolução do CNJ nº 325/2020, a Justiça do Trabalho optou por disponibilizar a pesquisa nas páginas eletrônicas dos Tribunais Regionais do Trabalho, por meio software Google Forms, a fim de possibilitar o envolvimento dos atores responsáveis pela execução das Metas Nacionais

A consulta pública unificada pela Justiça do Trabalho incluiu os magistrados e servidores, Ministério Público, advogados, associações de classe, além da própria sociedade.

Devido ao caráter colaborativo da iniciativa, sem obrigação de resposta, optou-se por não utilizar técnicas probabilísticas para amostragem estatística, o que viabilizaria inferências acerca da opinião de toda a população.

Assim, todos os colaboradores foram incentivados a participar da pesquisa por adesão. Os participantes deveriam responder quais os temas que devem ser priorizados no período de 2021 a 2026, para definição das Metas Nacionais de 2023.

Entre os temas, está a percepção de confiança das pessoas na Justiça do Trabalho, a redução do acervo de processos, o incremento e estímulo a formas consensuais de solução de litígios, o investimento em metodologias inovadoras de gestão administrativa e processual, a avaliação dos serviços virtuais, além da adoção de ações relacionadas à Agenda 2030 das Nações Unidas.

Ao final, o respondente poderia ainda, sugerir opções de melhoria para a Justiça do Trabalho, bem como complementar a sua opinião sobre as questões abordadas.

A consulta pública foi realizada no período de 20/06 a 1º/07/2022 e foi amplamente divulgada no portal do TRT5 (internet) e redes sociais eletrônicas.



[Início](#) » [Notícias](#) » Justiça do Trabalho realiza consulta pública para definir metas nacionais de 2023

## Justiça do Trabalho realiza consulta pública para definir metas nacionais de 2023



Com o objetivo de cumprir os macrodesafios definidos na Estratégia Nacional do Poder Judiciário de 2021-2026, a Justiça do Trabalho deseja saber a opinião de quem utiliza os serviços oferecidos para, em 2023, adotar esforços alinhados ao interesse público e em prol da melhoria da prestação jurisdicional. Dessa maneira, de hoje (20/6) até 1ª de julho, a sociedade e os públicos interessados podem contribuir respondendo à **Consulta Pública Metas Nacionais para 2023 - Processos Participativos**.

A contribuição é essencial no direcionamento das ações de aprimoramento dos serviços judiciais. Para participar, empregadas, empregados e empresas; a advocacia, integrantes do Ministério Público, magistradas, magistrados, servidoras e servidores da Justiça do Trabalho, além de representantes de sindicatos e associações de classe.

### Temas

Entre os temas para a consulta pública para 2023, está a percepção de confiança das pessoas na Justiça do Trabalho, a redução do acervo de processos, o incremento e estímulo a formas consensuais de solução de litígios, o investimento em metodologias inovadoras de gestão administrativa e processual, a avaliação dos serviços virtuais, além da adoção de ações relacionadas à Agenda 2030 das Nações Unidas. .

### Pesquisa unificada

Mais uma vez a Justiça do Trabalho fará, de forma unificada, a coleta da opinião dos usuários sobre as metas anuais, o que simplifica a consulta, a análise e a avaliação das respostas. O formulário foi elaborado de forma colaborativa pela equipe da Secretaria de Governança e Gestão Estratégica do CSJT (SEGGEST) e diretores de Governança e Gestão Estratégica dos Tribunais Regionais do Trabalho.

Os resultados estão previstos para serem divulgados no dia 8 de julho e subsidiarão o processo de elaboração das metas nacionais da Justiça do Trabalho para 2023, as quais serão incorporadas ao **Plano Estratégico da Justiça do Trabalho**.



#### Metas nacionais

As metas nacionais do Poder Judiciário representam o compromisso dos tribunais para aprimorar o desempenho da Justiça. Um dos objetivos é entregar à sociedade a prestação jurisdicional mais ágil, efetiva e de qualidade. As metas foram criadas em 2009 e resultaram de acordo firmado pelas presidências dos tribunais para o aperfeiçoamento da Justiça.

Desde então, diversos desafios entraram na pauta das metas nacionais, como o aumento da produtividade judicial, a adoção de soluções consensuais de conflitos, a busca pela razoável duração dos litígios judiciais, a celeridade processual, entre outros.

#### Estratégia Nacional

A Estratégia Nacional do Poder Judiciário 2021-2026 foi instituída pela Resolução CNJ 325/2020, após construção democrática e participativa da rede de governança do Poder Judiciário. Assim, foram estabelecidos novos macrodesafios para todo o Judiciário brasileiro. Com esse novo ciclo de planejamento, fortalece-se o processo de formulação participativa e democrática de metas, com a possibilidade de envolvimento de diversos colaboradores na sua elaboração.

Ressalte-se, contudo, que, para fins de análise, somente os questionários que tiveram todas as respostas salvas e enviadas foram considerados.



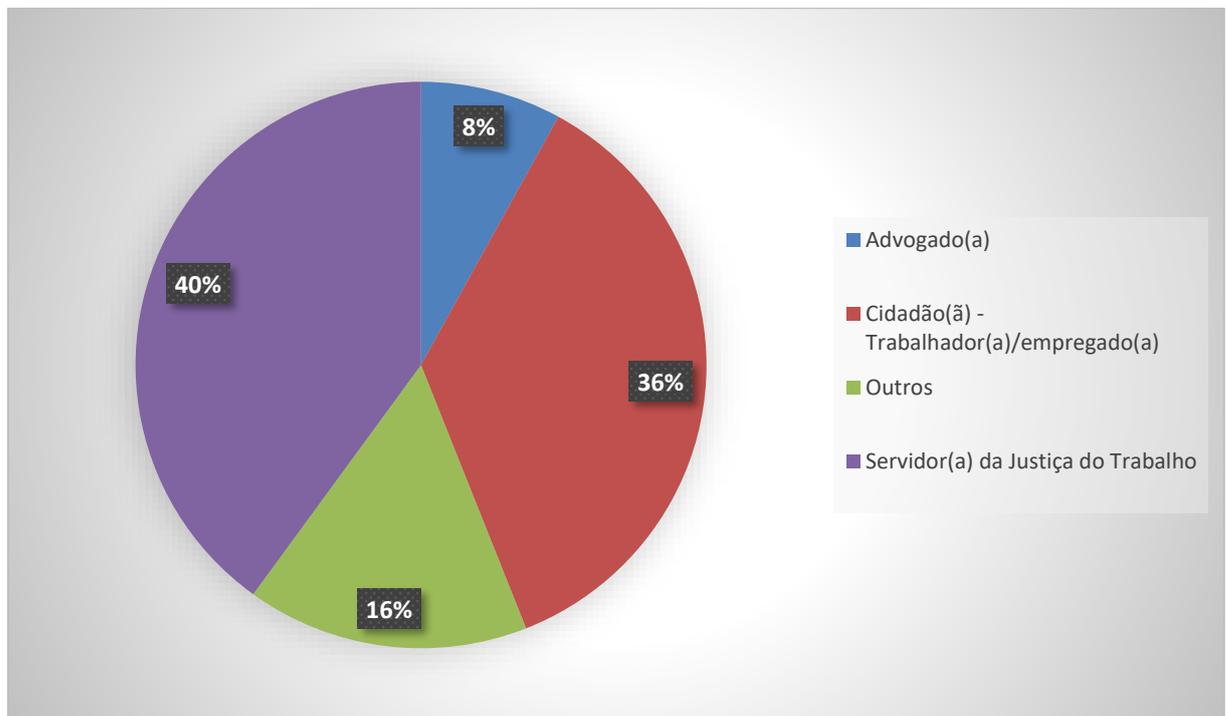
## II. ANÁLISE DOS RESULTADOS DA CONSULTA PÚBLICA

O objetivo principal desta seção é expor os resumos consolidados das respostas apresentadas.

Importante observar, ainda, que as propostas textuais apresentadas pelos respondentes, mesmo que minoritárias, estão relacionadas no anexo deste relatório.

A pesquisa contou com a participação de 25 respondentes.

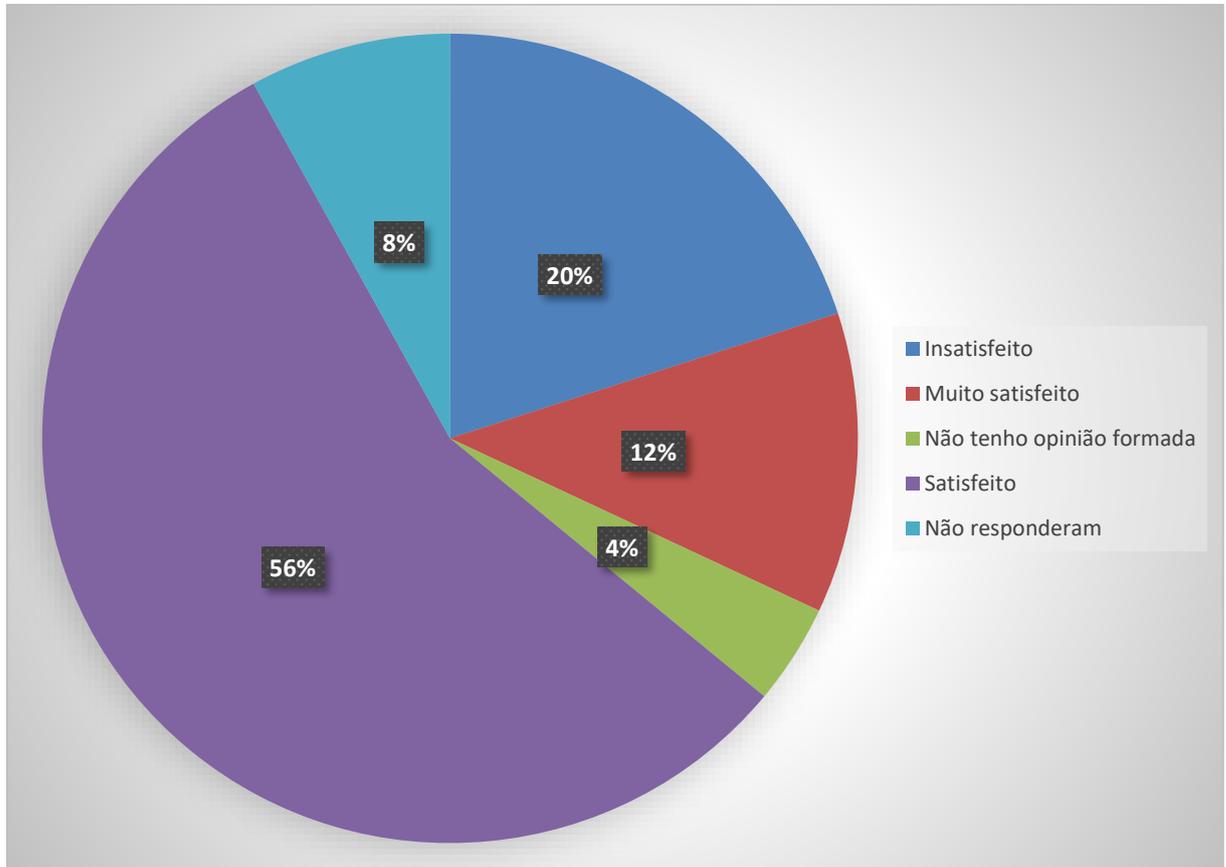
No gráfico abaixo, detalhamos o perfil:



Respondentes	Quantidade
Advogado(a)	2
Cidadão(ã) - Trabalhador(a)/empregado(a)	9
Outros	4
Servidor(a) da Justiça do Trabalho	10



### Grau de satisfação com a Justiça do Trabalho.



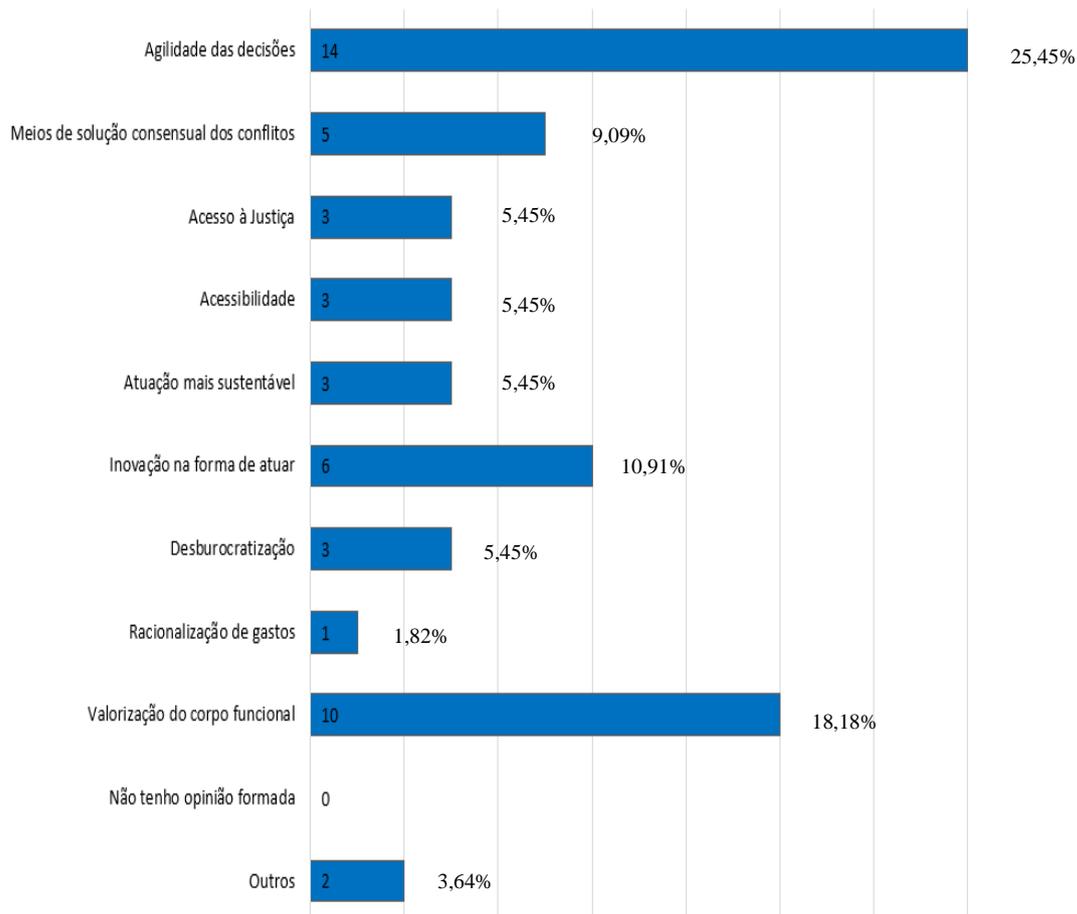
Grau satisfação	Quantidade
Insatisfeito	5
Muito satisfeito	3
Não tenho opinião formada	1
Satisfeito	14
Não responderam	2

De acordo com a pesquisa, 68% dos respondentes estão satisfeitos com a JT.



## Em que a Justiça do Trabalho pode melhorar

Os respondentes podiam escolher até três opções.

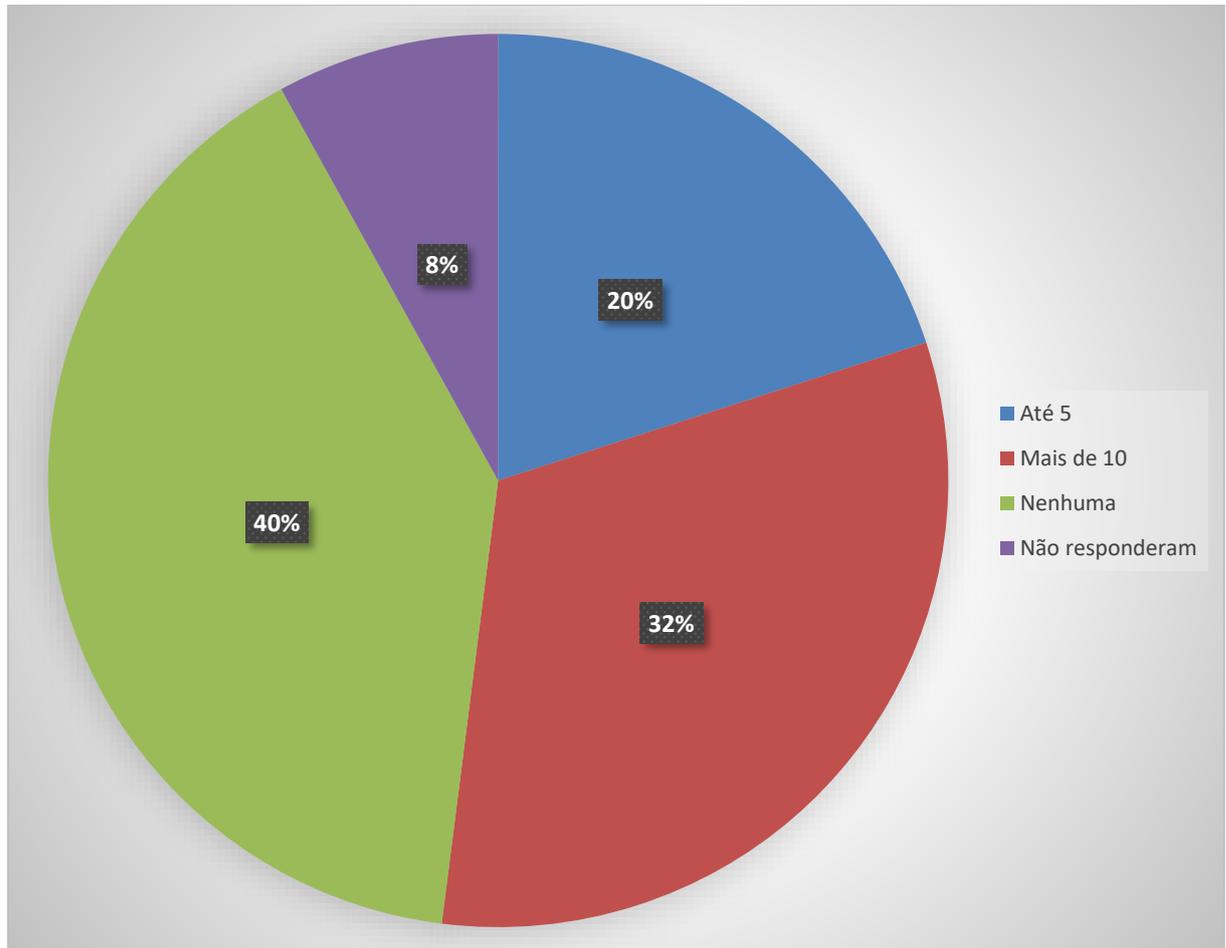


Como sugestões de melhorias, citaram ainda:

- ✓ Agilidade nos processos Suspensos ou Sobrestado;
- ✓ Exigir Nível Superior para Técnico Judiciário.



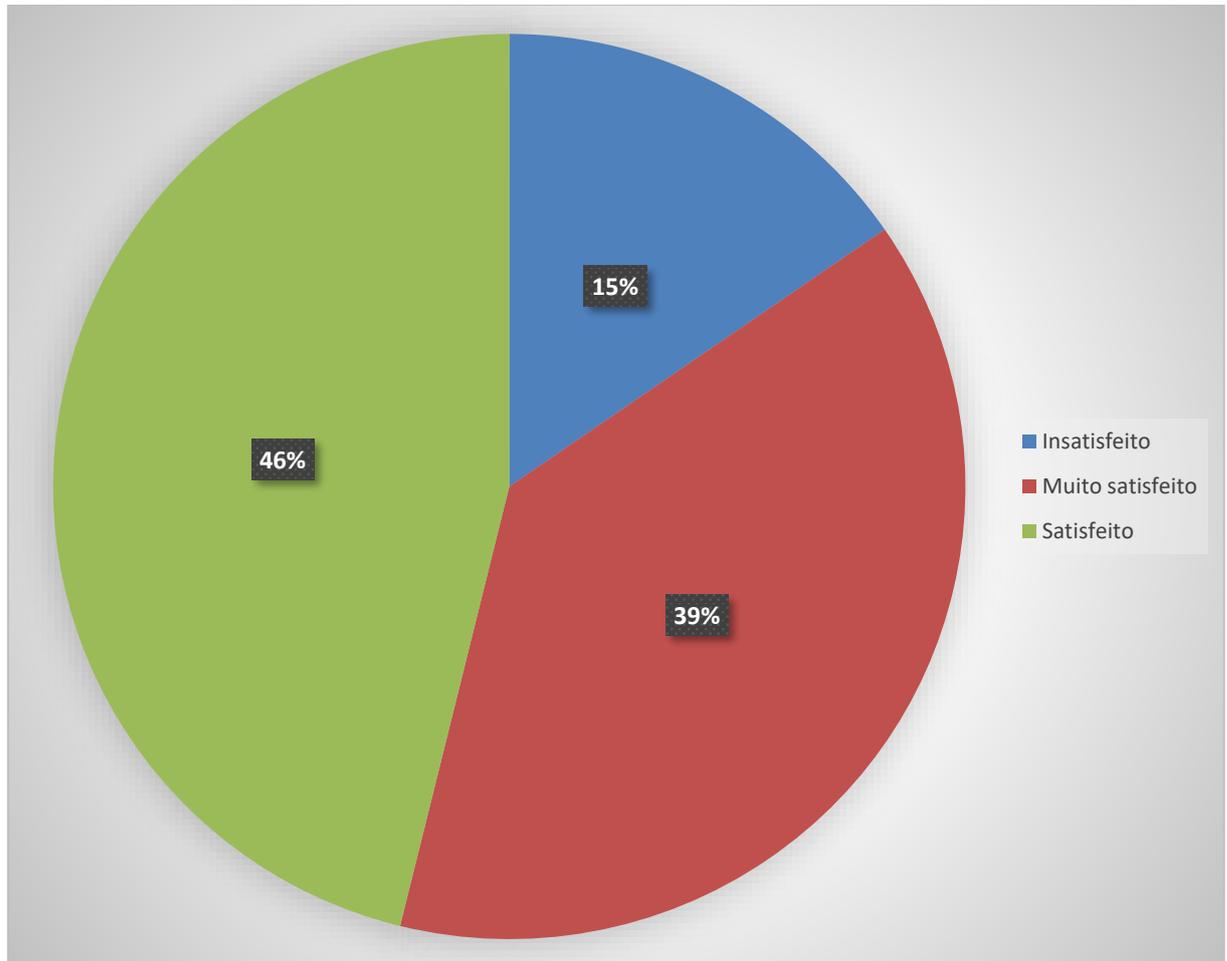
### Quantidade de vezes que o respondente foi atendimento virtualmente na Justiça do Trabalho, nos últimos doze meses



Número de vezes	Quantidade
Até 5	5
Mais de 10	8
Nenhuma	10
Não responderam	2



## Grau de satisfação do respondente com o atendimento virtual da Justiça do Trabalho



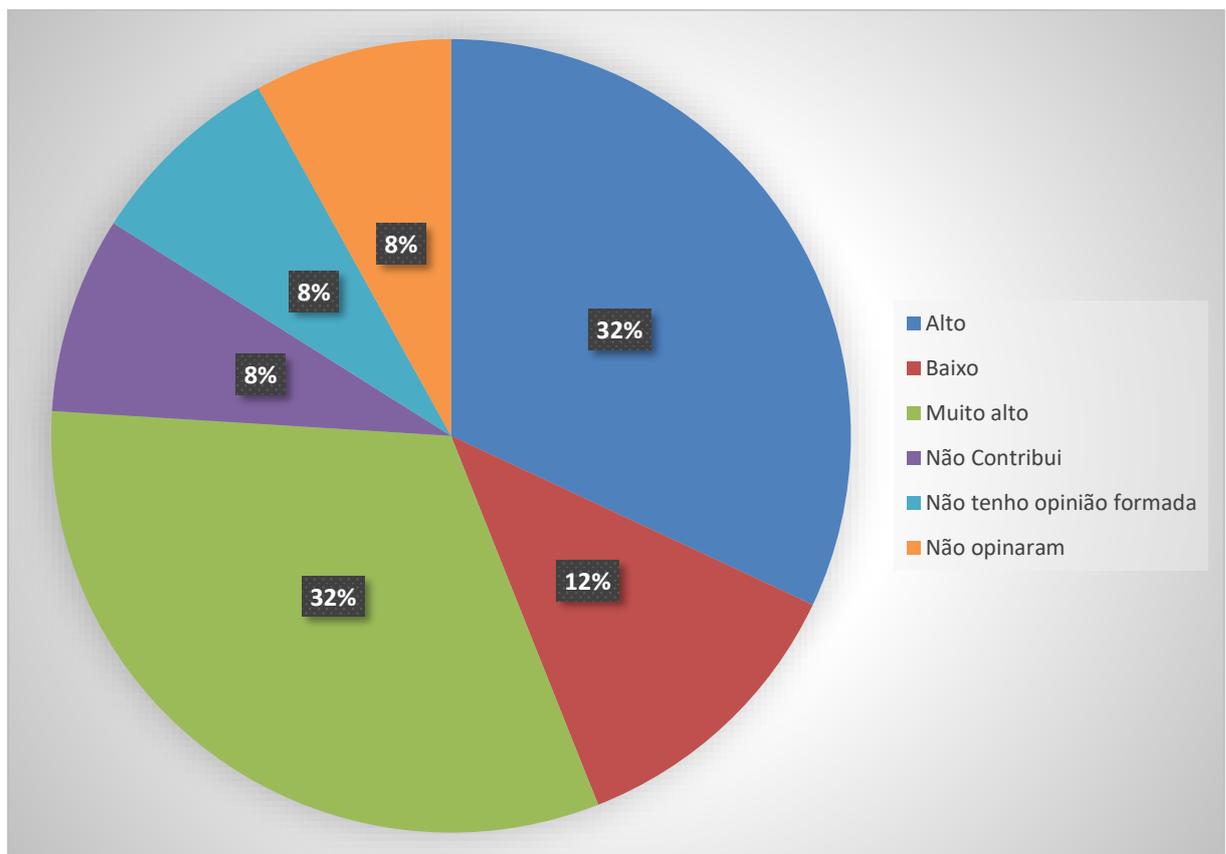
Grau de satisfação	Quantidade
Insatisfeito	2
Muito satisfeito	5
Satisfeito	6

Considerando apenas os que buscaram atendimento virtual, temos 85% de respondentes satisfeitos com a JT.



### Grau de impacto das ações abaixo, que contribuem para a agilidade da tramitação processual na Justiça do Trabalho

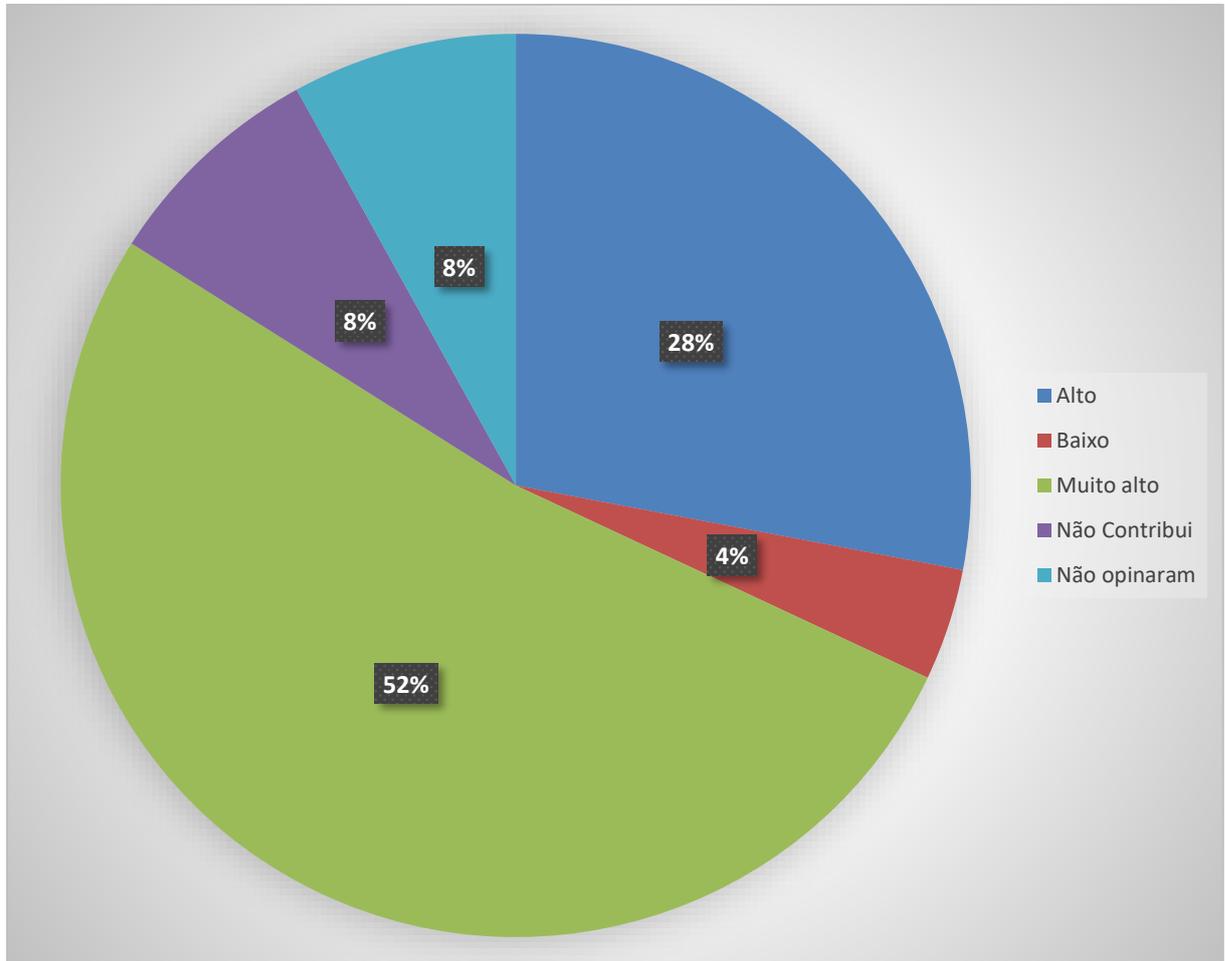
- ✓ Impedir que o número de processos sem o primeiro julgamento aumente de um ano para o outro.



Grau de impacto	Quantidade
Alto	8
Baixo	3
Muito alto	8
Não Contribui	2
Não tenho opinião formada	2
Não opinaram	2



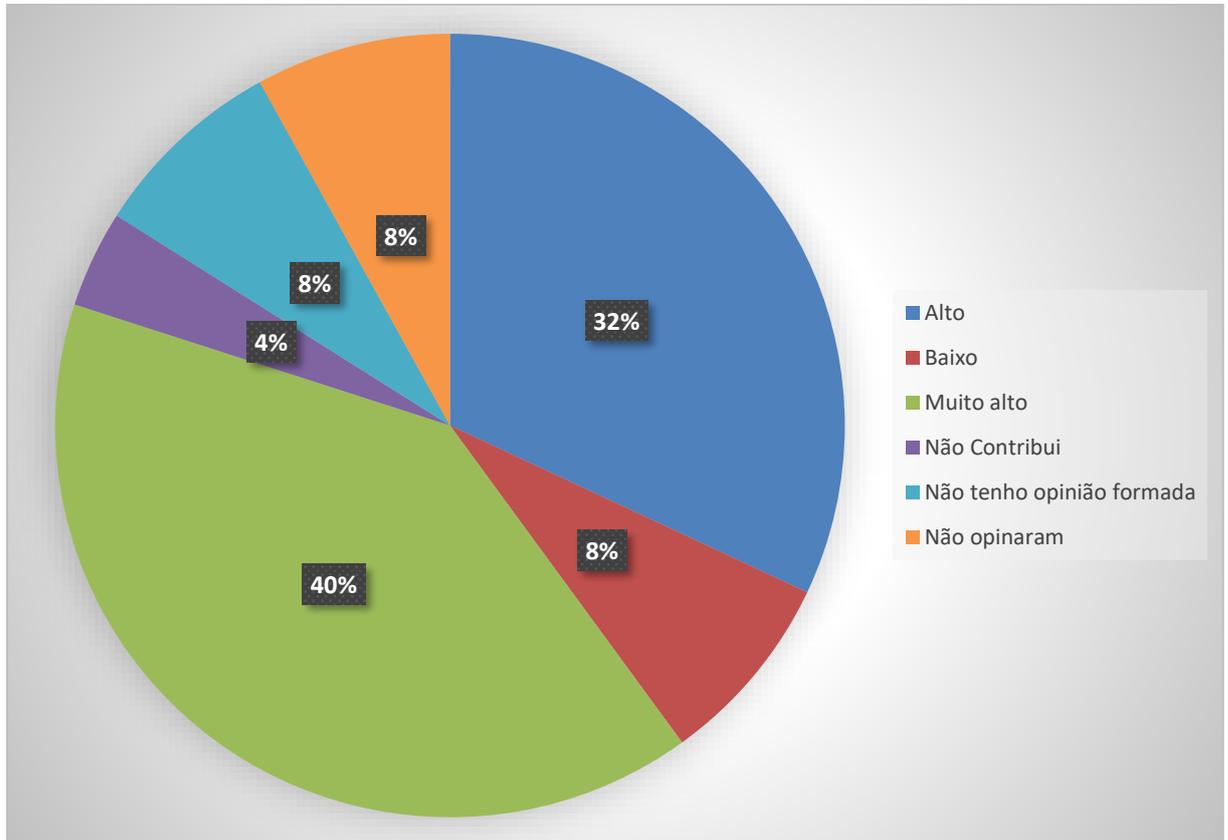
- ✓ **Julgar os processos mais antigos (processos que foram distribuídos há mais de 2 anos e que ainda não tiveram o primeiro julgamento).**



Grau de impacto	Quantidade
Alto	7
Baixo	1
Muito alto	13
Não Contribui	2
Não opinaram	2



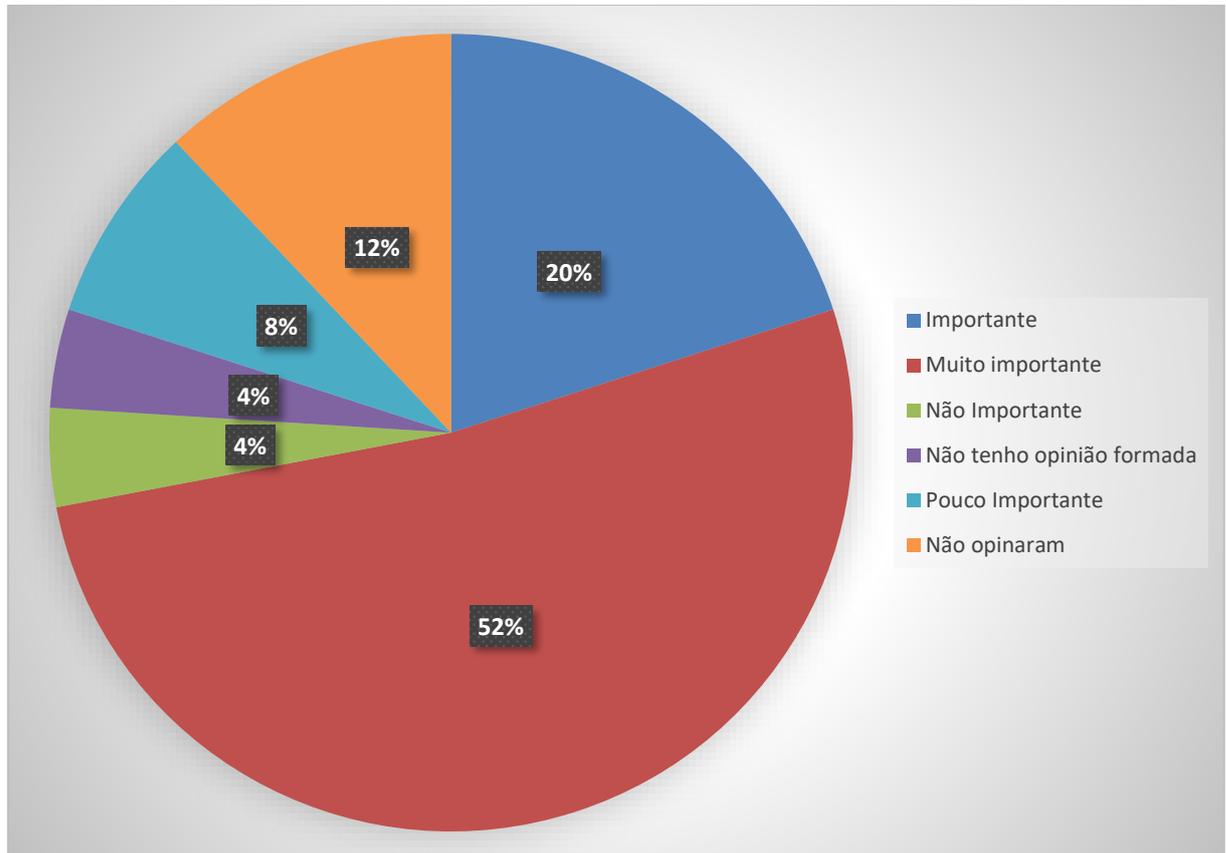
- ✓ Diminuir o quantitativo de processos aguardando finalização (baixa processual).



Grau de impacto	Quantidade
Alto	8
Baixo	2
Muito alto	10
Não Contribui	1
Não tenho opinião formada	2
Não opinaram	2



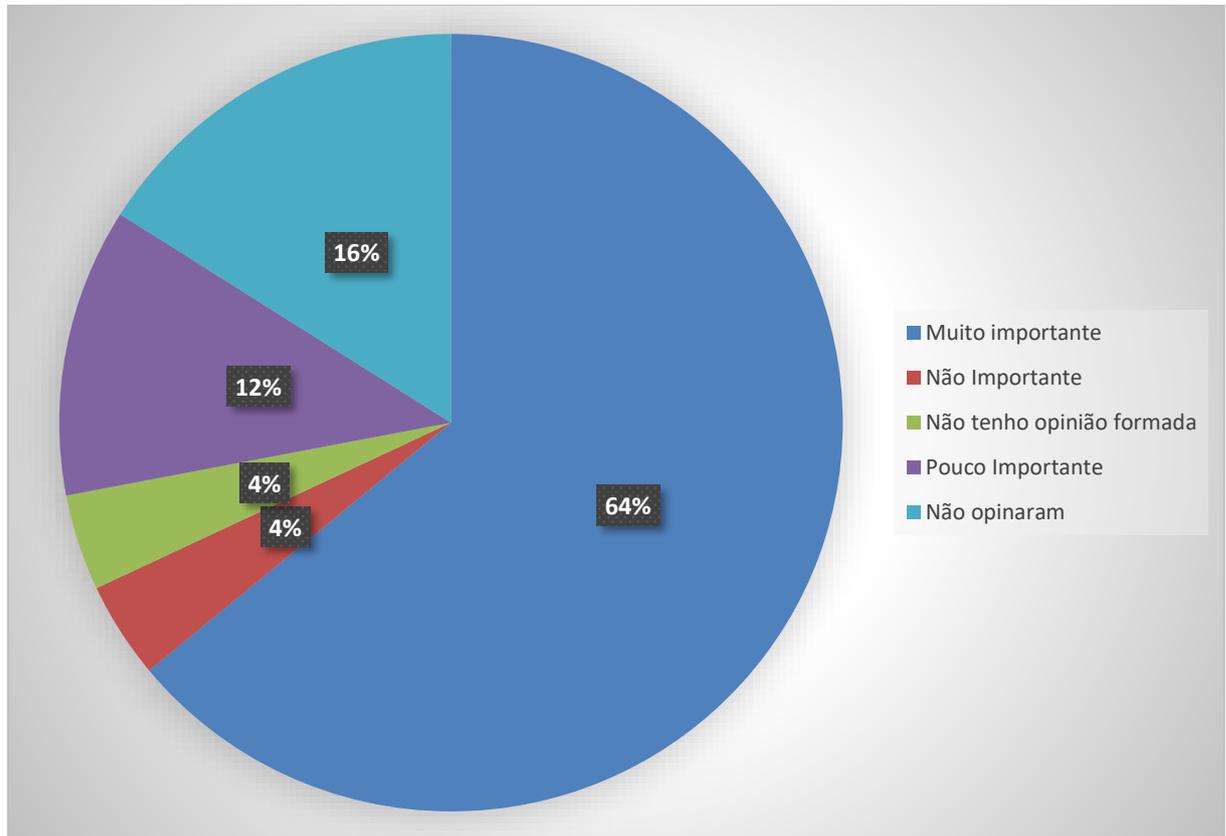
**Grau de importância da Justiça do Trabalho incentivar a conciliação como forma de estimular a comunidade a resolver seus conflitos sem necessidade de prosseguimento do processo judicial.**



Grau de importância	Quantidade
Importante	5
Muito importante	13
Não importante	1
Não tenho opinião formada	1
Pouco importante	2
Não opinaram	3



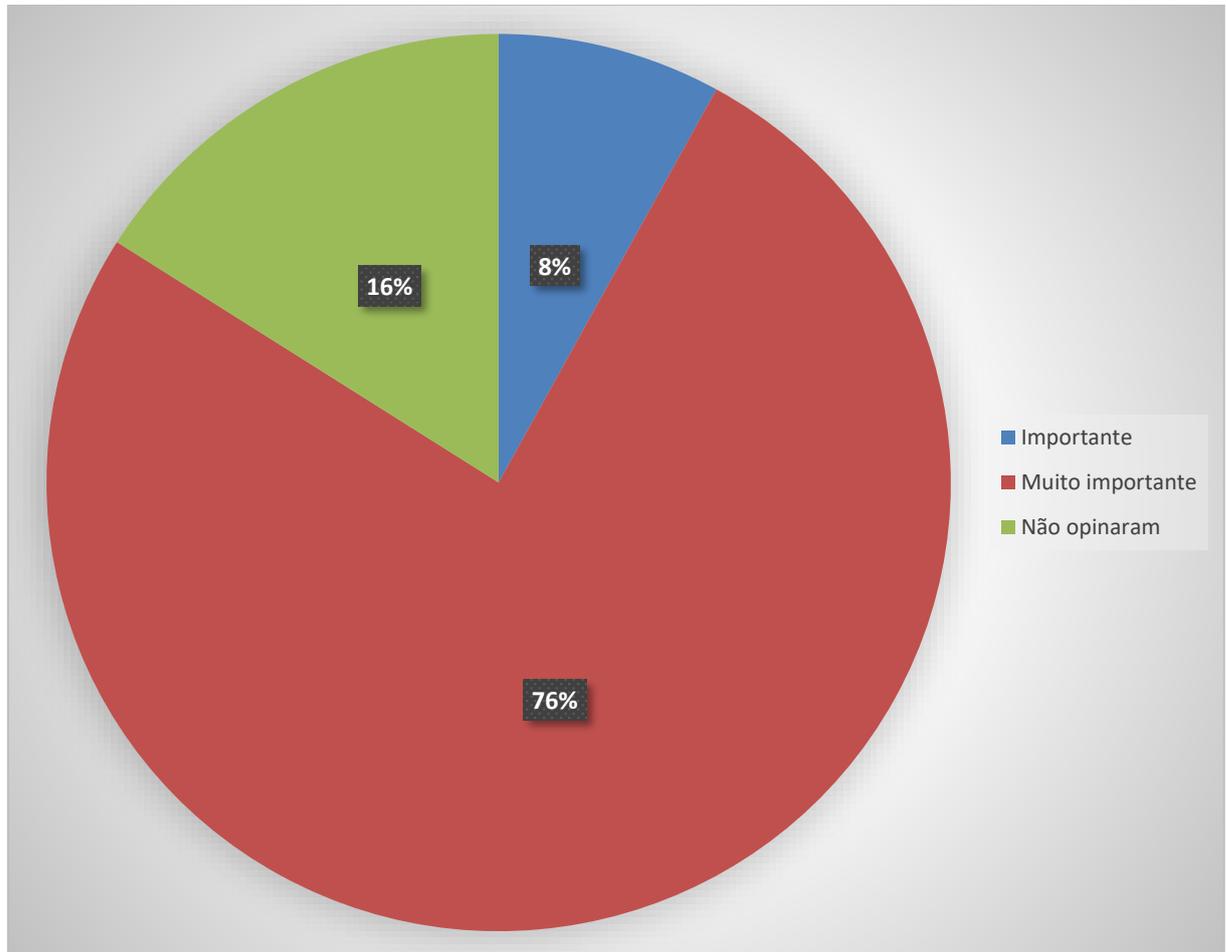
**Grau de importância da Justiça do Trabalho adotar ações para garantir qualidade de vida e evitar afastamentos do trabalho por motivos de saúde do quadro de magistrados e servidores.**



Grau de importância	Quantidade
Muito importante	16
Não Importante	1
Não tenho opinião formada	1
Pouco Importante	3
Não opinaram	4



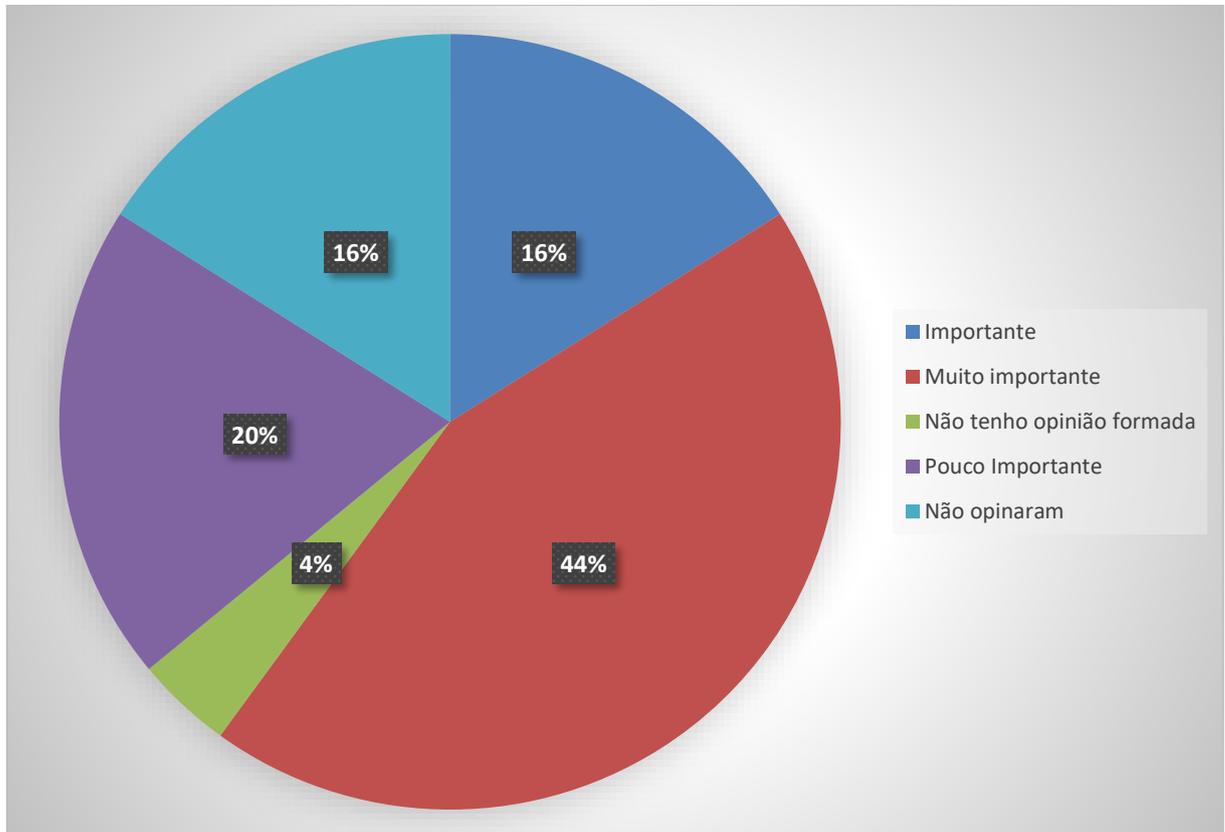
**Grau de importância da Justiça do Trabalho adotar metodologias inovadoras de gestão administrativa e processual, com vistas à desburocratização e à agilidade dos serviços.**



Grau de importância	Quantidade
Importante	2
Muito importante	19
Não opinaram	4



### Grau de importância da Justiça do Trabalho realizar ação voltada aos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS) da Agenda 2030.



Grau de importância	Quantidade
Importante	4
Muito importante	11
Não tenho opinião formada	1
Pouco importante	5
Não opinaram	4



## **Comentários dos respondentes, sobre as questões abordadas.**

- ✓ Faz-se necessário que a Justiça do Trabalho, assim como os demais ramos da Justiça Federal, passe a valorizar mais os seus servidores, diminuindo a diferença remuneratória que hoje existe entre os próprios servidores, bem como entre estes e os magistrados. Hoje, infelizmente, boa parte dos magistrados tem delegado as suas atribuições, notadamente a atividade de julgar, aos servidores, sobretudo aos chamados Assistentes. Na Justiça do Trabalho, não são poucos os exemplos dos magistrados que se cingem às atividades da mesa de audiências, delegando aos servidores todos os demais atos que dizem respeito aos despachos e decisões, sejam interlocutórias, sejam as próprias sentenças.
- ✓ A priorização do 1º Grau ainda é uma fantasia.
- ✓ Agilidade nos processos principalmente no TST.
- ✓ Gostaria que a justiça do trabalho atendesse às necessidades do povo de forma mais humana e ágil por via de contratação de novos servidores através dos concursos já válidos e em vias de realização de concurso, pois só com a contratação de mais servidores estudados teríamos um atendimento melhor e mais célere.
- ✓ Necessidade de contratação de novos servidores através dos concursos já válidos e em vias de realização de concurso.
- ✓ Desbloquear movimentações para o cliente acompanhar melhor seu próprio processo.
- ✓ Como forma de qualificar e motivar ainda mais o quadro de servidores, é fundamental aprovação do PL que passa a exigir o nível superior para o cargo de Técnico Judiciário.
- ✓ Nos próximos concursos exigir Nível Superior para Técnico Judiciário.
- ✓ Automatizar mais as rotinas repetitivas de preenchimentos de dados e juntada de expediente aos autos.
- ✓ Integrar os sistemas satélites ao PJE.
- ✓ Encontrar uma maneira de descartar os processos integralmente digitalizados já em trâmite no PJE.